



Guilherme Figueiredo*

HDES - Temos o direito a ser informados, JÁ!

“A sociedade civil deve ter acesso a toda a informação possível e espaço para a reflexão e discussão pública das soluções a adoptar.”

Na sequência da notícia recente veiculada nos jornais da ilha ficámos a saber que o relatório final da Comissão de Peritos sobre o acidente acontecido no hospital a 4 de Maio só será conhecido a 25 de Julho. Isto é muito preocupante.

Estávamos todos à espera que a partir de hoje nos fossem dadas explicações, não tanto das relacionadas com o apuramento de causas técnicas e de responsabilidades, individuais e/ou colectivas, que eventualmente impendem sobre os órgãos de gestão e administração do HDES, da Secretaria da Saúde (SS) ou outras entidades - importantes saber, claro - mas, acima de tudo, que essas explicações nos pudessem ajudar a perceber qual realmente está a ser o conjunto de afecções estruturais gravíssimas que impedem o total restabelecimento das funcionalidades básicas e decisivas para acolher os doentes nos diferentes níveis de cuidados. E por quanto tempo previsível, agora que se estará, obrigatoriamente, na posse de todos os dados causadores do impacto que a estrutura sofreu e que conduziu a este nível de inoperacionalidade.

O Governo tem de perceber que não vai poder, e não deve, tomar decisões sozinho ou de as tomar em função do que o Governo da República validar no âmbito do apoio financeiro prometido, como anunciado pela Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social. Esse será um caminho pleno de (inter)dependências gerador de fenómenos vários de entropia que só levarão ao protelamento sistemático de decisões. Tem, pelo contrário, de garantir independência de decisão, fundamentada num programa obtido de forma o mais alargada e consensual possível, entre as forças geradoras de opinião da sociedade da qual emana. É isso, creio eu, que representa também a Autonomia Regional.

Reiteramos a opinião que as soluções de curto prazo para os sectores mais críticos poderão ser encontradas no edifício actual em conjugação com a total e exclusiva ocupação do “Hospital” da CUF. A esta última solução por mim aventada, em relação à qual se constituiu um manto de absoluto silêncio, ocorre-me dizer o seguinte: ouvi-se repetidamente dizer em certos sectores políticos que a “esquerda sofre de um complexo ideológico em relação à prestação dos privados aos utentes do SNS”; pois será agora interessante perguntar, neste momento tão aflitivo da prestação de cuidados de saúde de toda uma população da mais numerosa ilha dos Açores, de quem é que sofre de um enorme complexo ideológico em beliscar “a autonomia de gestão privada” da única estrutura existente na ilha, minimamente parecida com um hospital, construído com cerca de 40% de capitais públicos em terrenos camarários cedidos graciosamente? Talvez sugerir uma PPP de emergência, no mínimo, sem nada ter a ver com a irracionalidade actual da coexistência de - “uma Unidade, dois Sistemas”.

É fundamental conhecer o verdadeiro impacto dos danos físicos sobre a estrutura de distribuição de energia, sobre os circuitos da ventilação e ar condicionado (A/C), sobre a rede de distribuição de gases medicinais, sobre a rede de fornecimento das águas quentes, sanitárias e de aquecimento central (era conhecido por nós, funcionários, o seu estado calamitoso em determinadas enfermarias), sobre o estado das fossas sépticas e sua bombagem (problema também já antigo, algumas delas “rebentadas” e exaladoras de maus cheiros por certos sectores do hospital), sobre os equipamentos laboratoriais mais sensíveis e determinantes à assunção da sua capacidade de intervenção diferenciadora, sobre a rede de cablagem imprescindível às comunicações de dados de voz, telemáticos e rede informática, etc.

Dou alguns exemplos:

- bastará limpar as condutas de ventilação e A/C para termos a certeza de que não irão ser um “ninho de bactérias” (se não eram já?) ou de outros factores de perturbação da qualidade do ar, se, porventura, essa limpeza for feita à pressa e não totalmente garantida?
- foram testados, em relação a possíveis danos, equipamentos laboratoriais de análises clínicas, equipamentos pesados de imagiologia como os TACs e RM? Se sim, existem ou não danos susceptíveis de reparação rápida para o pronto restabelecimento do seu funcionamento ou, pelo contrário, alguns poderão ser de difícil e demorada resolução?
- o sistema informático está capaz de funcionar em todo o hospital e garantir o normal processamento de dados das mais diferentes naturezas: gestão do processo clínico único (PU), gestão de fornecimento de medicamentos pela Farmácia Hospitalar, gestão de dados laboratoriais e de imagem, gestão de stocks de material clínico?
- o restabelecimento do funcionamento do Serviço de Urgência (SU) e do Bloco Cirúrgico - que agora se fala serem as razões fundamentais para a montagem do “Hospital Modular” - foram afectados, exclusivamente, em toda a infraestrutura a montante dos seus espaços físicos, de forma indirecta, portanto, e restabelecidos os diferentes componentes infraestruturais, estarão prontos a retomar a sua funcionalidade?
- quais são os prazos previstos para a resolução dos diferentes níveis de impacto e de inoperacionalidade?

Estas serão muitas das perguntas a serem feitas e, necessariamente, às quais é decisivo dar respostas convincentes e de total transparência.

Há ainda, e não menos importante, a carência de todo um conjunto de informações sobre o impacto psicológico e de equilíbrio emocional de doentes e profissionais mais expostos à degradação dos cuidados. Assunto da maior importância e para a qual é necessário recolher dados, estudá-los e tomar medidas preventivas e de intervenção nos casos de reconhecido sofrimento. Existem recursos locais, mesmo que reduzidos, capazes de darem um importante contributo a este nível.

Para já não exigimos soluções feitas, acabadas.

Exigimos explicações cabais para que, no quadro das múltiplas competências e de pensamento estratégico existentes na Região, seguramente empenhadas em colaborar e emprestar o seu conhecimento e experiência nestas matérias, possam haver contributos para o encontrar de soluções que minimizem o estado aflitivo e descoordenado em que o SRS da ilha de S.Miguel se encontra.

Este conjunto de responsabilidades não poderá ser de atribuição exclusiva às decisões de um, dois, três Secretários Regionais e seus gabinetes de apoio, sob pena de uma inevitável, como quase sempre, polemização político-partidária e desunião de esforços tão imprescindíveis à imediata e urgentíssima melhoria dos cuidados de saúde aos nossos doentes.

A sociedade civil deve ter acesso a toda a informação possível e espaço para a reflexão e discussão pública das soluções a adoptar.

*Reumatologista, ex-Director do Serviço de Reumatologia do HDES/
Dir. Executivo da CAL-Clinica